



# DE 11 A 15 JANEIRO DE 2016 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

## ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

### ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

#### [Projeto de Lei 98/XIII](#)

Alarga a oferta de serviços de programas na TDT, garantindo condições técnicas adequadas e o controlo do preço

Autoria: BE

#### [Projeto de Lei 101/XIII](#)

Estabelece um prazo excecional para regularização da situação dos funcionários e agentes do Estado e dos corpos administrativos, bem como dos trabalhadores contratados ou assalariados, que exerceram funções Timor-Leste

Autoria: PCP

#### [Projeto de Lei 103/XIII](#)

Procede à alteração da Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos

Autoria: PAN

#### [Projeto de Lei 104/XIII](#)

Anula a suspensão do pagamento de complementos de pensão aos trabalhadores das empresas do setor público empresarial e repõe as condições de atribuição desses complementos na esfera da negociação coletiva

Autoria: BE

#### [Proposta de Lei 9/XIII](#)

Reduz o horário de trabalho para as 35 horas semanais

Autoria: Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

---

[Projeto de Resolução 84/XIII](#)

Estudos de impacto nas negociações comerciais nas Regiões Ultraperiféricas

Autoria: PSD

[Projeto de Resolução 85/XIII](#)

Pelo cumprimento da Diretiva 1999/70/CE da Comissão Europeia, relativa ao vínculo na carreira docente

Autoria: BE

[Projeto de Resolução 90/XIII](#)

Assistência em Escala em Portugal: combater a precariedade, promover a segurança, a qualidade e a fiabilidade do transporte aéreo

Autoria: PCP

[Projeto de Resolução 93/XIII](#)

Recomenda ao Governo a reposição dos complementos de pensão aos trabalhadores das empresas do setor público empresarial

Autoria: PS



**ENERGIA**

[Diretiva n.º 3/2016 - Diário da República n.º 10/2016, Série II de 2016-01-15](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Fornecimento de energia elétrica a instalações eventuais



**ENSINO SUPERIOR**

[Decreto-Lei n.º 4/2016 - Diário da República n.º 8/2016, Série I de 2016-01-13](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Transforma a Universidade do Minho numa fundação pública com regime de direito privado e aprova os respetivos Estatutos

 **FINANCEIRO**

BANCO DE PORTUGAL

[Nota de Informação Estatística 4|2016: Taxas de juro de novas operações de empréstimos e depósitos - novembro 2015](#)

[Nota de Informação Estatística 5|2016: Empréstimos e depósitos bancários - novembro 2015](#)

[Nota de Informação Estatística 6|2016: Contas nacionais financeiras - 3.º trimestre de 2015](#)

[Boletim Oficial - janeiro de 2016](#)

Instruções

[Instrução n.º 18/2015](#) - Define o enquadramento regulamentar para a realização dos planos de financiamento e de capital.

[Instrução n.º 1/2016](#) - Altera a Instrução n.º 3/2015, publicada no BO n.º 5, de 15-05-2015, que estabelece regras para a implementação da política monetária única pelo Eurosistema.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[ESMA divulga parecer negativo relativo ao prolongamento da suspensão de short selling sobre ações de banco grego](#)

[Relatório trimestral de intermediação financeira - 3º trimestre 2015](#)

[Indicadores de Síntese dos Organismos de Investimento Coletivo e dos Fundos de Investimento Alternativo - Dezembro 2015](#)

AUTORIDADE DE SUPERVISÃO DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES

[Consulta Pública n.º 1/2016](#)

Nos termos do artigo 47.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões coloca em consulta pública o projeto de Norma Regulamentar que estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo "Incêndio e elementos da natureza" com início ou vencimento no segundo trimestre de 2016.

 **FISCAL**

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Circular n.º 1 /2016 - Sobretaxa](#) - Retenção na fonte sobre Rendimentos do Trabalho Dependente e Pensões.

[Modelo 44 - Declaração anual de rendas recebidas](#) - Folheto informativo.

[Entidades fornecedoras de água, energia e telecomunicações. Modelo 2 \(IMI\) - Declaração de contratos de fornecimento.](#)

[Despacho n.º 10/2015-XXI do SEAF, de 28/12](#) - Prorrogação do prazo previsto para comunicação, pelas instituições financeiras à AT, dos elementos e informações previstas no RCIF.

## **ORDEM DOS ADVOGADOS**

[Regulamento n.º 25/2016 - Diário da República n.º 6/2016, Série II de 2016-01-11](#)

Ordem dos Advogados

Regulamento das Quotas das Sociedades de Advogados aprovado em Assembleia Geral da Ordem dos Advogados de 21 de dezembro de 2015

## **TMT**

[Sistema de Informação Centralizado - credenciação para acesso](#)

Aprovado formulário de pedido de credenciação para acesso ao SIC.  
14.01.2016

[ANACOM lança o Sistema de Informação Centralizado](#)

O SIC divulga informação relativa a infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas.  
14.01.2016

## **TRÁFEGO E TRANSPORTE MARÍTIMO**

[Decreto-Lei n.º 3/2016 - Diário da República n.º 7/2016, Série I de 2016-01-12](#)

Mar

Transpõe a [Diretiva n.º 2014/100/UE](#), da Comissão, de 28 de outubro de 2014, que altera a [Diretiva n.º 2002/59/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho de 2002, relativa à instituição de um sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego de navios, procedendo à sexta alteração ao [Decreto-Lei n.º 180/2004](#), de 27 de julho

## **RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

[Decreto Legislativo Regional n.º 2/2016/A - Diário da República n.º 7/2016, Série I de 2016-01-12](#)

Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa

Aprova o Plano Anual Regional para 2016

[Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/M - Diário da República n.º 9/2016, Série I de 2016-01-14](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Adapta à Região Autónoma da Madeira o [Decreto-Lei n.º 118/2013](#), de 20 de agosto, que aprovou o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a [Diretiva n.º 2010/31/UE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios

 **RAM – REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 2/2016/M - Diário da República n.º 6/2016, Série I de 2016-01-11](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Recomenda ao Governo a inclusão do projeto de construção do novo Hospital da Madeira entre as candidaturas apresentadas pelo Governo Português à União Europeia no âmbito do Fundo Europeu de Investimento Estratégico

[Decreto Legislativo Regional n.º 2/2016/M - Diário da República n.º 10/2016, Série I de 2016-01-15](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Cria o Conselho Económico e da Concertação Social da Região Autónoma da Madeira



**SOFIA LEITÃO** (detalhe)  
*O Sonho de Marlow, 2007*

Espanja, arame, ferro, cola branca, pigmento e tinta acrílica,  
acrílico s/ papel  
180 x 130 x 200 cm, 100 x 120 cm  
Obra da Coleção da Fundação PLMJ

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA UE

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Certificado Sucessório Europeu

Retificação do Regulamento de Execução (UE) n.º 1329/2014 da Comissão, de 9 de dezembro de 2014, [que estabelece os formulários referidos no Regulamento \(UE\) n.º 650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, e à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu](#).

### COMISSÃO EUROPEIA

[Auxílios estatais: a Comissão considera ilegal o regime fiscal belga relativo a «lucros excedentários»; 35 empresas multinacionais deverão reembolsar cerca de 700 milhões de euros](#)

A Comissão Europeia concluiu que as vantagens fiscais seletivas concedidas pela Bélgica ao abrigo de um regime fiscal para «lucros excedentários» são ilegais nos termos das regras da UE em matéria de auxílios estatais.

O regime em causa beneficiou pelo menos 35 empresas multinacionais, na sua maior parte da UE, que devem agora restituir à Bélgica os impostos em falta.

#### Consulta pública

Bancário e Financeiro

[Orientações não vinculativas sobre a metodologia de relato da informação não financeira](#)

### PARLAMENTO EUROPEU

[Novas regras para uma Europa mais protegida face aos ciberataques](#)

As violações de dados pessoais podem causar danos substanciais aos consumidores, empresas e até aos governos, como demonstram os ciberataques embaraçosos e dispendiosos contra a Estónia em 2007 e contra a Sony em 2014. A União Europeia chegou a acordo sobre um conjunto de medidas de cibersegurança para reforçar as defesas contra este tipo de ataques aos serviços essenciais.

A presente Newslexter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslexter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: [plmjlaw@plmj.pt](mailto:plmjlaw@plmj.pt).

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano  
*The Lawyer European Awards, 2015-2012*

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano  
*Who's Who Legal, 2015, 2011-2006*  
*Chambers European Excellence Awards, 2014, 2012, 2009*

 Top 5 - Game Changers dos últimos 10 anos  
Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa  
*Financial Times - Innovative Lawyers Awards, 2015 - 2011*